

**ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE AS ESTRUTURAS SINDICAIS
E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO**

Cássio Calvete

Doutorando em Economia na UNICAMP

Professor da PUCRS e técnico do DIEESE

E-mail: calvete@nipnet.com.br

No decorrer do estudo, busca-se compreender o desenvolvimento histórico do movimento sindical e sua relação com as diferentes formas de organização do processo de produção. Esse desenvolvimento visa traçar um panorama que vai do século XIV a meados do século XX e mostrar diferentes experiências de estruturação sindical.

Throughout the study, the historical development of trade unions and its relation to different forms of production process organization will be assessed. This historical development wants to draw a view that starts in the XIV century and go to middle the of the XX century and serve as a panorama of different experiences along the years.

Palavras-chave: Sindicalismo, economia do trabalho, estrutura sindical,
organização sindical

1. Introdução

Há vários fatores relevantes que influenciaram nas formas de atuação e de organização dos trabalhadores ao longo do tempo. Porém, a estratégia adotada neste estudo será de focar na relação entre a estrutura sindical e as transformações do processo de produção. Apesar de reconhecermos a importância dos aspectos culturais, sociais e religiosos optamos por não discuti-los diretamente em consequência das limitações referentes a um trabalho desta espécie. No entanto estas dimensões estão contidas como pano de fundo ao longo de todo estudo. Mesmo com essa simplificação, ainda restam quatro dificuldades a serem contornadas.

A primeira é estabelecer-se o período verdadeiro da origem dos sindicatos a nível concreto organizacional e burocrático e principalmente a nível abstrato de intenção e atuação conjunta efetiva de proteção dos interesses dos trabalhadores. A segunda é a inter-relação dos movimentos operários com os movimentos sociais que, ao longo da história, se confundem de forma mais ou menos intensa, dificultando ou até mesmo impossibilitando a sua diferenciação. As duas últimas dificuldades são originárias da própria natureza dos estudos históricos. Nestes não existem fronteiras e nem marcos definitivos que possam estabelecer objetivamente a passagem de um período para outro. No caso presente, a referência é válida para os estudos históricos das formas de produção capitalista e de organização dos trabalhadores sob o modo de produção capitalista.

O método aqui adotado para superar as dificuldades acima apontadas consiste em fornecer uma retrospectiva das diferentes formas assumidas pelos movimentos sociais. Assim, as primeiras manifestações de descontentamento da classe trabalhadora em formação

ocorriam de modo espontâneo, ou seja, não havia qualquer tipo de organização ou associações a lhes dar suporte. Em seguida, surgiram as primeiras associações de trabalhadores qualificados e, concomitantemente, o “movimento pré-luddista”¹. Depois, o ressurgimento das associações e o surgimento das primeiras *trade unions*, de forma mais próxima dos sindicatos atuais, chegando até os sindicatos gerais e industriais, que tomam, definitivamente, a forma dos sindicatos tal qual conhecemos hoje.

2. A turba

A “turba” é um fenômeno social da Idade Média, que ocorria nas cidades pré-industriais da Europa. Fenômeno espontâneo, típico da transição do feudalismo para o capitalismo. Localizava-se nos maiores centros, onde a urbanização incipiente revelava seus problemas sem ainda indicar as soluções. O desemprego e a elevação do custo de vida eram as principais causas dos motins.

A “turba” é um fenômeno social primitivo das cidades pré-capitalistas, que segundo Hobsbawn (1978, p. 117) “Era uma combinação de assalariados, pequenos proprietários e o pobre urbano inclassificável”. Pode-se dizer que a “turba” era formada pelos pobres urbanos, assalariados ou não, que, em tumulto ou em rebelião, saíam pelas ruas fazendo arruaça e saques e reivindicando, na maioria das vezes, o restabelecimento de ordem anterior ou o cumprimento de normas preestabelecidas.

Ainda, segundo Hobsbawn (1978, p.114),

¹ Por “movimento pré-luddista” entendem-se as manifestações ocorridas no início do século XVIII, de quebra de máquinas, realizadas espontaneamente por um trabalhador ou por um grupo de trabalhadores, de forma pontual, sem organização ou liderança, que culminou no “luddismo”. “Movimento luddista” é o movimento organizado de quebra de máquinas, que teve seu auge no início do século XIX. Segundo Riazanov (1984, p. 17) o nome de “luddismo” tem origem controversa "...segundo uns devido ao nome de um operário e segundo outros devido ao famoso general Ludda, cujas teses eram aceitas pelos operários”.

“A turba pode ser definida como o movimento de todas as classes pobres urbanas para a obtenção de modificações econômicas ou políticas pela ação direta ----- isto é, pelo tumulto ou rebelião ---- -- , mas que não se inspira em nenhuma ideologia específica; ou, quando encontra expressão para as suas aspirações, o faz em termos do tradicionalismo e conservantismo”.

A inclusão dos movimentos pré-capitalistas associados à “turba” é feito no presente contexto principalmente por dois aspectos referentes a sua existência. Primeiro, porque, durante toda a Idade Média, foi a mais importante e efetiva forma de manifestação dos trabalhadores assalariados e de classes subalternas. Segundo, porque os motins provocados pela “turba” tinham propósitos específicos e bem claros. É verdade que não visavam desestruturar a ordem social e nem depor seus governantes. Isto porque seus integrantes eram parte integrante e beneficiária do sistema, mesmo que de forma marginal. Mas suas manifestações apresentavam, em regra, traços comuns, apesar de não resultarem de idéias políticas mais ambiciosas, como influir sistematicamente e/ou antecipadamente nas políticas econômicas e sociais da comunidade.

Os motins eram, geralmente, contra o desemprego e o aumento do custo de vida, e havia reivindicações para superação desses problemas. A “turba” supunha que seus movimentos levariam as autoridades a lhes fazerem concessões. As atividades eram sempre dirigidas contra os ricos, e o último traço comum era a hostilidade aos estrangeiros (Hobsbawn, 1978).

Essas características da “turba” e o fato de ela existir num período onde já ocorriam relações capitalistas transformavam suas manifestações em forma encontrada pelas classes marginais e exploradas do sistema para reivindicarem melhores condições de salário real e de

vida. A “turba” tendeu a desaparecer na medida em que se dava o crescimento industrial das cidades e a conseqüente organização da classe trabalhadora industrial.

3. Os movimentos dos trabalhadores no século XVIII

Primeiramente, pode-se destacar o movimento de ação direta dos trabalhadores contra as máquinas, visando à intimidação do empregador e à abertura de diálogo ou ao atendimento de reivindicações. O segundo movimento diz respeito às associações dos trabalhadores mais qualificados, herdeiros dos ofícios dos antigos artesãos. A seguir, examinam-se esses dois movimentos paralelos e importantes, que se sobrepõem: o “movimento pré-luddista” e a intensificação da associação dos trabalhadores qualificados. Com a evolução, no século XVIII, da forma de organização do modo de produção para a manufatura e, posteriormente, para a maquinofatura, os trabalhadores e, mais especificamente, os mais qualificados viam seus sonhos de independência e autonomia de trabalho cada vez mais difíceis de se realizarem. A essa desilusão se seguiram os dois movimentos.

O movimento de quebra de máquinas, que posteriormente veio a se consolidar no “movimento luddista”, teve seu auge no período que vai de meados do século XVIII até 1830. Começou de forma semelhante à dos movimentos da “turba”, diferenciando-se destes por se restringir a trabalhadores de um mesmo setor e a visar, preferencialmente, à destruição de máquinas. Mas o “movimento luddista” também visava à destruição de matérias-primas, de produtos acabados e até mesmo agia contra a propriedade privada dos empregadores. Terminou como um movimento organizado, tendo seu auge por volta de 1815, quando as máquinas passaram a ser mais evoluídas. “Nessa época, o movimento atinge todos os centros

industriais, deixa de ser espontâneo e se organiza, obedece a lideranças e palavras de ordem.”
(RIAZANOV,1984, p.17).

É importante ter presente a situação política e econômica pela qual passou a Europa e, em particular, a Inglaterra no século XVIII. O sistema de manufatura desenvolvia-se a largos passos em direção à maquinofatura, e as relações capitalistas eram cada vez mais frequentes, porém os usos e costumes ainda eram predominantes na definição dos salários e no nível de vida. As regras do jogo capitalista ainda não estavam bem definidas pela sociedade como um todo, nem, mais especificamente, pelos trabalhadores e capitalistas.

Num período onde não existia concentração industrial, os sindicatos não estavam organizados, os baixos salários inviabilizavam a formação de fundos de greve e, principalmente, ainda não existia a consciência de classe e de solidariedade operária, a forma de manifestação encontrada mais segura e que contornava essas fragilidades foi a destruição das máquinas. Portanto, a destruição das máquinas nesse período serviu como forma de pressão constante, pela possibilidade de ser realizada e serviu como uma forma de negociação coletiva quando executada. Salienta-se que, apesar das leis que impediam as quebras de máquinas, os tribunais, em boa parte, ainda tinham seus julgamentos guiados pelos usos e costumes. Ao mesmo tempo, as manifestações serviam para chamar a atenção das autoridades para as mudanças realizadas. Não eram raras as vezes em que os trabalhadores obtinham o que desejavam.

Conforme Hobsbawm (1981, p.18),

“A destruição era simplesmente uma técnica do sindicalismo no período anterior e durante as primeiras fases da Revolução Industrial. (O fato de os sindicatos organizados dificilmente existirem ainda nos ofícios envolvidos não afeta grandemente o argumento.

Nem tampouco o fato de, com a chegada da Revolução Industrial, a destruição adquirir novas funções)”.

Outra passagem de Hobsbawm (1981, p. 17) que fala do uso da destruição das máquinas como tática de negociação é a seguinte:

“A prevalência desta 'negociação coletiva através da arruaça' é bem demonstrada. Assim, para tomar simplesmente os ofícios têxteis do oeste da Inglaterra ----- os negociantes de tecidos queixaram-se ao Parlamento em 1718 e 1724 que os tecelões 'ameaçaram demolir suas casas e queimar seu trabalho a menos que concordassem com suas condições'. As disputas de 1726-7 foram travadas, no Somerset, Wiltshire e Gloucestershire, bem como em Devon, por tecelões 'invadindo as casas (dos patrões e [dos] furadores de greve), estragando a lã e cortando e destruindo as peças nos teares e os utensílios do ofício'.Elas terminaram em algo parecido com um contrato coletivo”.

O segundo movimento é o de criação de associações de empregados. Embora alguns autores sustentem que a origem dos sindicatos esteja nas corporações de ofício da Idade Média (LOBOS, 1988, p.34), as associações de empregados e as corporações de ofício diferenciavam-se na essência. É verdade que a motivação principal e o instinto que guiavam suas atitudes eram os mesmos: preservação do *status quo* e reserva de mercado. Porém, enquanto as corporações ou guildas eram formadas por trabalhadores independentes, as associações ou *trade-unions* eram formadas de assalariados.

Os membros das corporações possuíam suas ferramentas de trabalho e contato com fornecedores e consumidores, e as corporações eram dominadas politicamente pelos mestres, que tinham uma “ascensão” profissional sobre seus ajudantes que em muito se assemelhava a uma postura patronal. Os membros das *trade unions* eram assalariados

dissociados dos seus meios de produção, com uma situação funcional bem definida como empregados.

Nas corporações artesanais todas as pessoas que trabalhavam no mesmo ofício aprendizes, diaristas e mestres pertenciam à mesma instituição. Isso era viável porque os seus interesses eram os mesmos e não raramente eles moravam e comiam juntos e eram educados da mesma forma. Em regra, os ajudantes se tornavam mestres com o passar do tempo. Essas regras eram fortes até o século XIV, os dias áureos das corporações.

Segundo Huberman (1979, p.74) já no século XIV quando os mestres começam a dificultar a passagem dos ajudantes a mestre e modificam a suas relações com os ajudantes tem-se a formação de algumas associações próprias de diaristas com o objetivo de elevar os salários e proibir a entrada de trabalhadores estrangeiros. As associações dos diaristas tinham motivos semelhantes aos das corporações, no seu período de auge: busca de vantagens aos seus associados e manutenção do *status quo*. Mas o que as diferenciava das corporações é que eram formadas por assalariados e trabalhadores dissociados dos seus meios de produção. Talvez, por causa disso, se possa dizer que são o embrião dos sindicatos.

Já no século XVIII, com uma estrutura produtiva bem mais complexa na sociedade, é que se intensificaram as associações de trabalhadores na Inglaterra, sob a forma das *trade unions*. À semelhança das associações de diaristas, eram formadas por profissionais qualificados, que tinham como motivação causas economicistas² e

² O termo economicista refere-se à preocupação única e exclusiva das *trade-unions* especificamente ou de qualquer entidade de trabalhadores em geral por obter vantagens econômicas sem se preocuparem em utilizar o sindicato como um instrumento, em benefício dos trabalhadores, na luta de classes.

corporativas³. Eles se valiam do menor número de trabalhadores, com as suas qualificações, e dos seus altos salários, que permitiam que estes pagassem cotas de filiação para a manutenção de fundos de ajuda mútua que, mais tarde e principalmente nas épocas de repressão mais ferrenha às associações, viriam a servir de fundo de greve.

“Nestas circunstâncias, as associações, até a metade do século XIX, resumiam-se aos artesãos. O valor de seu conhecimento, em virtude de sua raridade, permitia-lhes exigir vantagens de seus empregadores; seus ganhos regulares davam-lhes a possibilidade de pagar as cotas sindicais; e havia entre eles muitas pessoas sabendo ler e escrever para se encarregarem da contabilidade e da organização das associações. Em geral, os trabalhadores das fábricas e os mineiros foram mais lentos para se organizarem em sindicatos, por causa dos deslocamentos decorrentes dos progressos técnicos, do poderio de seus empregadores, e do caráter menos indispensável de suas funções; mas é certo que a vez deles chegou no fim do século XIX. Os trabalhadores pouco especializados, tais como os trabalhadores na agricultura, os empregados que trabalhavam com gás e com transportes não tinham nenhum meio de fazer suas reivindicações serem ouvidas, eles eram de todos os modos consideravelmente prejudicados pelo analfabetismo e pela natureza temporária de seus empregos. No curso das décadas de 1860 e 1870, foram ainda os grupos profissionais ----- carpinteiros, pedreiros, gráficos, encadernadores, mecânicos e sapateiros, que assumiram a direção do Congresso Nacional das Associações, que se realizava a cada ano, a partir de 1868; não é, pois, surpresa que esse congresso não tenha sido denominado Congresso do Trabalho, mas sim Congresso de Profissões, de fato, os *Trades Unions Congress* (TUC), nome que tem conservado desde então.” (PELLING, 1967, p.14).

É na citação de Lefranc (1979, p.17) que se resumem os propósitos das *trade unions*.

“O ‘unionismo’ aceita o capitalismo como um fato e tenta achar dentro dele um posto privilegiado. Como?”

³ A expressão causas corporativas, que se refere ao corporativismo e que tem o significado original de “Doutrina que prega a reunião das classes produtoras em corporações, sob a fiscalização do Estado” (FERREIRA, 1986, p. 389), atualmente tem seu significado mais associado a atuações sindicais voltadas unicamente para o benefício da própria categoria do que para o benefício de todos os trabalhadores ou da sociedade como um todo.

1) Organizando o recolhimento de fundos para socorros mútuos, destinados a cobrir os riscos essenciais: enfermidade, morte, greve e aposentadoria.

As quotas são elevadas, e a exclusão é uma sanção temida, pois faz perder o benefício de tudo que foi pago anteriormente.

2) Criando consultas jurídicas que ajudam os trabalhadores que têm dificuldades com seus patrões.

3) Com uma estrita vigilância do aprendizado. Dado que o trabalho é uma mercadoria e que qualquer mercado está dominado pela lei da oferta e da demanda, deve-se restringir a oferta e limitar a formação de aprendizes. Nenhuma ideologia de luta de classes anima as *unions*.”

Como se pode ver, as associações de empregados e, posteriormente, as *trade unions* diferenciam-se, na essência, das corporações de ofícios. Apesar de serem formadas por trabalhadores qualificados, herdeiros dos artesãos, fica bem claro que eram trabalhadores assalariados. Talvez pelo fato de tais trabalhadores terem essa inserção privilegiada na sociedade, suas lutas não se diferenciavam muito das lutas das corporações de ofícios. No entanto é o primeiro passo, o sinalizador, da possibilidade que se abre para todos os trabalhadores, independentemente da sua qualificação, de se organizarem e de lutarem por seus interesses.

4. Ressurgimento das associações de empregados

Por causa do avanço das associações de empregados no final do século XVIII, que iam se tornando, cada vez mais, associações de cunho sindical, o governo inglês votou leis, em 1799 e 1800, reforçando a proibição das mesmas.

Apesar da proibição, as organizações mais fortes sobreviveram, e outras começaram a florescer, até que, em 1824, uma nova lei revogou as proibições e finalmente concedeu aos trabalhadores o direito de associação que até então só era permitido às

classes dominantes. A partir desse momento, as associações de trabalhadores passaram a brotar em toda a Inglaterra e adquiriram uma conotação verdadeiramente sindical.

É verdade que, no princípio do século XIX, as associações, ou *trade unions*, ainda eram basicamente de trabalhadores qualificados. Porém mudanças significativas estavam ocorrendo na sociedade, e, aos poucos, surgiam associações que representavam os trabalhadores não qualificados. A Revolução Francesa acendia na classe trabalhadora a chama da valorização pessoal e da cidadania, que, juntamente com a intensificação da divisão do trabalho e com a maior exploração do capital, fazia surgir a consciência de classe e a visualização da necessidade de uma melhor organização. “A organização da classe trabalhadora cresceu com o capitalismo, que produziu a classe, o sentimento de classe e o meio físico de cooperação e comunicação.” (HUBERMAN, 1979, p.220).

Para Hobsbawm (1977, p. 230),

“O verdadeiramente novo no movimento operário do princípio do século XIX era a consciência de classe e a ambição de classe. Os ‘pobres’ não mais se defrontavam com os ‘ricos’. Uma classe específica, a classe operária, trabalhadores ou proletariado, enfrentava a dos patrões ou capitalistas”.

Em consequência da consciência de classe e das necessidades e possibilidades criadas pela Revolução Industrial, surgiram tentativas de construção de sindicatos gerais, abrangendo toda espécie de trabalhador, de amplitude nacional e movimentos político-sociais que transcendiam a esfera puramente trabalhista.

“Com a revolução industrial, o sindicalismo deu passos tremendos. Isso tinha de ocorrer, porque a revolução industrial trouxe consigo a concentração de trabalhadores nas cidades, a melhoria dos

transportes e comunicações, essencial a uma organização nacional, e as condições que fizeram tão necessário o movimento trabalhista.” (HUBERMAN, 1979, p.202).

Em 1830, é constituída, na Inglaterra, a Associação Nacional para Proteção do Trabalho que visava atuar como uma central sindical. Em 1834, sob a influência de Robert Owen, é realizado o congresso das *trade unions*, que unificou todas as organizações numa única organização sindical de âmbito nacional: a Grande União Consolidada dos Trabalhadores. Em 1837, foi formulado o primeiro documento com reivindicações políticas da classe operária. Esse documento levou o nome de **Carta** e o movimento correspondente, de **Cartista**. Eram seis as reivindicações: sufrágio universal masculino, igualdade de direitos eleitorais, voto secreto, legislaturas anuais, abolição do censo eleitoral (baseado na propriedade) e remuneração das funções parlamentares (SANDRONI, 1989, p. 39). Dadas as condições existentes de organização sindical a nível nacional e a existência de consciência de classe, foi viabilizada, em 1864, a formação de uma entidade transnacional, que objetivava unificar todos os trabalhadores europeus na luta contra o capitalismo e que levou o nome de Associação Internacional de Trabalhadores, mais conhecida, hoje, como a Primeira Internacional.

Concomitantemente a esse movimento, ocorreu, em meados do século XIX, a formação dos sindicatos “industriais”, que visavam, a partir da base industrial, formar sindicatos, dos quais participariam trabalhadores não qualificados. Esse movimento tomou corpo nos sindicatos gerais de trabalhadores que se formavam a nível regional, às vezes com extensão nacional, e englobavam trabalhadores de diversas indústrias de uma mesma localidade. O objetivo desses sindicatos era também englobar os trabalhadores nômades e os desempregados para aumentar o seu poder de barganha.

Essa organização regional prevaleceu enquanto a fixação dos salários era regida pela “taxa do distrito”.

“... o incentivo para organizar sindicatos 'industriais' sistemáticos permaneceu fraco por muito tempo. Até 1914 a negociação era esmagadoramente local, ou na melhor hipótese regional. Até a I Guerra Mundial, além do mais, a estrutura salarial permaneceu, de qualquer maneira para os 'não-habilitados', esmagadoramente tradicional. A ponto de os patrões fixarem os salários dos 'não-habilitados' simplesmente pela 'taxa do distrito' para esse trabalho, e a ponto de as variações locais serem substanciais, um forte argumento para a 'profissão regional fechada' do ideal do sindicato geral permaneceu. (...) Desde que o trabalhador pudesse sentir que a sua negociação dependia exatamente da mesma forma do mercado 'geral' de trabalho da área como da situação em sua indústria específica (local ou nacionalmente), um sindicato 'geral' propriamente articulado podia realmente provar ser a forma mais vantajosa de 'sindicalismo industrial'.”

“Sem dúvida esta era uma fase temporária. No momento em que os construtores e estivadores começaram a negociar nacionalmente, a estrutura tradicional dos salários dos maquinistas havia sido abalada pela guerra e os ferroviários haviam adotado uma política moderna de exigir os salários que o tráfego pudesse suportar, o caso para o 'sindicalismo industrial' sistemático estava vastamente mais forte.” (HOBSBAWM, 1981, p. 202).

Como se pode perceber, apesar da confusão na denominação dada às organizações, a seqüência histórica e lógica do desenvolvimento sindical iniciou a partir da organização geral dos trabalhadores a nível local ou regional, que englobava também os trabalhadores não qualificados, os nômades e os desempregados numa localidade. Porém a organização tinha seu suporte financeiro e organizacional em trabalhadores estáveis das indústrias.

Depois disso, com a mudança de algumas regras —e basicamente com a mudança da determinação dos salários dos trabalhadores, que deixaram de ser influenciados principalmente pela “taxa do distrito” e passaram a sofrer maior influência da capacidade de pagamento da indústria —, mostrou-se mais eficiente a organização a nível nacional e por

indústria, tal qual funcionou durante todo o período em que vigorou o taylorismo-fordismo.

É importante ter claro que, apesar do surgimento dos sindicatos industriais nacionais, os sindicatos profissionais permaneceram sendo os mais numerosos e exercendo grande influência.

5. Outros países, outras correntes e a associação internacional dos trabalhadores

A organização da classe trabalhadora e a formação e o crescimento dos sindicatos não ocorreram apenas na Inglaterra. É fato que, na Inglaterra, devido ao maior avanço do sistema capitalista de produção, a organização dos trabalhadores aconteceu antes que em outros países. Mas, à medida que o capitalismo avançava em outros países e à luz do exemplo inglês, os trabalhadores de outros países também foram se organizando. Dado que essas organizações se desenvolveram em outros países com culturas e histórias distintas e em estágios diferentes do capitalismo, elas originaram outros tipos de propostas e “tendências”, que se contrapunham em alguns aspectos à visão “economicista” das *trade unions* inglesas.

Além das *trade unions* inglesas vistas anteriormente, é importante fazer referência a, no mínimo, outras três correntes que tiveram presença marcante na evolução do sindicalismo mundial: a revolucionária ou anarquista, a socialista e a reformista.

Os revolucionários surgiram em países como a França e a Itália, onde o capitalismo, no século XIX, ainda não estava tão avançado e onde não havia concentração industrial. Os revolucionários precursores dos anarquistas (ANTUNES,1991,p. 20), tal como estes últimos, acreditavam que apenas a greve geral poderia levar à revolução social; opunham-se à participação em partidos políticos e à atuação no Parlamento; acreditavam que a ação direta e

as greves eram a melhor forma de disputa entre as classes sociais e que resultariam na vitória da classe operária.

A segunda corrente do sindicalismo mundial foi influenciada pelos socialistas e social-democratas, tendo Marx como seu maior expoente e a Alemanha como seu berço. Tinha como proposta também a organização dos trabalhadores em sindicatos e a atuação direta nas fábricas e em greves. Porém a corrente socialista via como imprescindível a participação dos trabalhadores em partidos políticos, no Parlamento e interferindo na formulação de leis; via, nesse fórum, uma forma de transformar o poder opressor em poder aliado e uma forma de conseguir, em leis gerais, o que tomaria mais tempo e sacrifício em ações individuais.

“Dessa maneira se tentava estabelecer uma divisão do trabalho entre o partido, que se esforçava em conquistar o poder para transformar o regime, e o movimento sindical, que tentava melhorar as condições de vida.” (LEFRANC,1979, p. 28).

A terceira corrente é a dos reformistas, que se manifesta de forma dominante no sindicalismo dos Estados Unidos. À semelhança das *trade unions* inglesas, essa corrente não nega que os sindicatos são um meio de luta para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores, principalmente as econômicas. Porém se opõem a uma atuação revolucionária, ou mesmo contestatória, do sistema capitalista. Ela busca apenas obter vantagens para os trabalhadores, numa visão corporativista dentro do sistema, negando a luta de classes e a superação do capitalismo.

Apesar da diversidade de correntes, o movimento sindical conseguiu, após um longo período de modesta cooperação e intercâmbio internacional, formar uma união internacional permanente no ano de 1864: a Primeira Internacional.

Inicialmente, ela foi constituída majoritariamente por sindicatos ingleses e por alguns outros sindicatos e indivíduos de outros países europeus para, posteriormente, receber a adesão de um número maior de sindicatos europeus e, até mesmo, de partidos representantes dos trabalhadores. Assim, a Primeira Internacional passou a ser representante “...da quase-totalidade das organizações independentes do movimento trabalhista europeu e levá-las todas a se darem as mãos numa ampla cooperação e a discutir seus objetivos e estratégias” (ABENDROTH, 1977, p.37).

É através do preâmbulo do estatuto da Primeira Internacional que serão descritos os objetivos da organização:

“Considerando

“que a emancipação da classe trabalhadora precisa ser obra da própria classe trabalhadora;

“que a luta em prol da emancipação da classe trabalhadora não constitui uma luta em prol de prerrogativas de monopólios de classe, mas antes uma luta em prol de direitos e deveres equitativos e de aniquilamento de qualquer domínio de classe;

“que a subjugação econômica do trabalhador a quem se apossou dos meios para o trabalho, isto é, das fontes da vida, constitui a raiz da servidão sob todas as suas formas ----- a miséria social, a atrofia mental e a dependência política;

“que, pois, a emancipação econômica da classe trabalhadora constitui o grande objetivo final, ao qual se há de subordinar, como objetivo final, qualquer movimento político;

“que todas as tentativas até agora empreendidas visando a esse objetivo fracassaram por falta de acordo entre os múltiplos ramos do trabalho de cada país e pela ausência de uma união fraterna entre as classes trabalhadoras dos diversos países;

“que a emancipação da classe trabalhadora não constitui tarefa nem local nem nacional, mas é uma tarefa social que compreende

todos os países em que existe a sociedade moderna e cuja solução depende da cooperação prática e teórica dos países mais adiantados;

“que o movimento, que atualmente se renova, da classe trabalhadora nos países da Europa, enquanto desperta novas esperanças, também representa uma solene advertência contra uma recaída dos antigos enganos e insta a uma congregação imediata dos movimentos ainda dispersos;

“por esse motivos foi fundada a Associação Internacional de Trabalhadores” (ABENDROTH,1977, p.35 e 36).

A diversificação das propostas sindicais e a variedade de formas de atuação indicam o crescimento, a independência e a originalidade de cada núcleo ou associação de trabalhadores. A união internacional, por sua vez, indica a solidariedade e, principalmente, a maturidade da classe trabalhadora.

5. Considerações Finais

Como a história nos ensina o movimento sindical já atravessou por muitas fazes difíceis como também por períodos de crescimento e consolidação do seu papel de legítimo representante dos interesses da classe trabalhadora. Em cada momento de mudança da forma de organização do processo de produção e de transformações no "modus vivendi" da sociedade o movimento sindical teve também que se submeter a adaptações que lhe possibilitasse continuar falando a mesma linguagem dos trabalhadores e defendendo os seus interesses. Essa transformações foram fundamentais para que o movimento sindical continuasse no seu papel histórico de proteção e de instrumento de resistência dos trabalhadores.

Atualmente vive-se uma situação homóloga. Diante das mudanças ocorridas no setor produtivo (robotização, reengenharia, flexibilização, downsize, etc) e das mudanças no "modus vivendi" (internet, globalização, e-mails, etc) o movimento sindical depara-se diante

do desafio da adaptação aos novos tempos. Tudo nos leva a crer que apesar das dificuldades iniciais o movimento sindical novamente irá encontrar o melhor caminho para efetuar a sua missão.

6. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. O que é Sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BENDROTH, Wolfgang. A História Social do Movimento Trabalhista Europeu. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global Editora, 1986.

HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

_____. Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

LE FRANC, Georges. El sindicalismo en el Mundo. Barcelona: Ediciones Oikos-tau, 1979.

LOBOS, Julio. Sindicalismo e Negociação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

PELLING, Henry. Histoire du Syndicalisme Britannique. Éditions du Seuil, 1967.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIAZANOV, David. Marx-Engels: e a história do movimento operário. São Paulo: Global Editora, 1984.